

**A. I. N ° - 298579.0005/17-1**  
**AUTUADO - GLOBALPACK DO NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**  
**AUTUANTES - HÉLIO RODRIGUES TORRES JÚNIOR**  
**ORIGEM - INFAZ FEIRA DE SANTANA**  
**PUBLICAÇÃO - INTERNET 16.05.2018**

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF Nº 0061-02/18**

**EMENTA:** ICMS. BENEFÍCIO FISCAL. PROGRAMA DESENVOLVE. PERDA DO DIREITO AO BENEFÍCIO. A falta de recolhimento, na data regulamentar, da parcela não sujeita a dilação do prazo, resulta na perda do direito ao benefício em relação à parcela incentivada prevista pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 28/09/2017, exige crédito tributário em razão da seguinte irregularidade:

Infração 01 - 03.08.03 – Recolheu a menor o ICMS em razão da falta de recolhimento, na data regulamentar da parcela não sujeita a dilação de prazo, perdendo o direito ao benefício em relação à parcela incentivada prevista pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve, no mês de maio de 2017, no valor de R\$1.359.868,43, acrescido da multa de 60%, prevista no Art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96.

O Autuado apresentou defesa (fls. 12 a 20), onde informou que aderiu ao Desenvolve pela Resolução nº 93/2013, retificada pela Resolução nº 18/2014, publicadas no Diário Oficial do Estado, respectivamente, em 11 de julho de 2013 e 15 de março de 2014.

Aduziu que inexistia qualquer previsão de supressão do benefício do Desenvolve em caso de falta de pagamento da parcela “à vista” na lei estadual, sendo lição básica de Direito que os atos normativos do poder executivo não tem o condão de inovar no ordenamento jurídico, servindo tão somente para regulamentar as leis produzidas pelo Poder Legislativo, citando lição de José Afonso da Silva acerca dos limites do poder regulamentar.

Disse ainda que era necessário que o Auto de Infração fosse amparado em dispositivo legal oriundo de Lei Complementar por previsão constitucional, transcrevendo o Art. 155, §2º, XII, “g”, da Constituição Federal de 1988, mas que sequer tem previsão de revogação do benefício em lei ordinária.

Acrescentou que o Autuante e a SEFAZ/BA são incompetentes para cancelar benefício fiscal concedido por outro órgão, colacionando ementa e parte do voto vencedor da Infração 02 do Acórdão CJF nº 0351-12/08.

Salientou que os valores lançados foram apurados por meio de declarações eletrônicas, sendo a situação hipotética e os fatos, de que está sendo acusado, identificados com a multa de 50%, prevista no inciso I do Art. 42 da Lei nº 7.014/96, não com a multa de 60%, previsto na alínea “f” do inciso II do citado Art. 42.

Protestou pela produção de todas as provas admitidas em direito, notadamente a documental, e requereu o cancelamento integral do Auto de Infração ou, pelo menos, a multa equivocadamente aplicada.

O Autuante prestou Informação Fiscal (fls. 37 a 41), onde afirmou que a competência da plenária do Conselho Deliberativo do Desenvolve, conforme definido no Art. 7º da Resolução nº 03/2007, é de definir política de investimentos, propor instituição de programas, deliberar sobre pedidos e concessão de incentivos e benefícios e apreciar e decidir sobre cancelamento de benefícios.

Alegou que, uma vez concedido o benefício fiscal previsto no DESENVOLVE, mediante resoluções emanadas por aquele Conselho, para empresas integrantes dos programas instituídos, cabe à fiscalização verificar se os procedimentos adotados pelos contribuintes atendem o que determina a legislação tributária e, caso constatem práticas que conflitem com as normas, é da competência dos Auditores Fiscais da Secretaria da Fazenda fazer o lançamento de ofício nos termos do Art. 6º da Lei nº 8.210/02 e do Art. 42 do Decreto nº 7.629/99.

Asseverou que a fiscalização pode não aplicar o benefício, que é condicionado, e apurar o imposto pelo regime normal de tributação, nos períodos mensais em que o sujeito passivo não atender os regramentos do DESENVOLVE, como dispõem os Arts. 37 e 38 da Lei nº 7.014/96 c/c os Arts. 4º e 18 do Decreto nº 8.205/02.

Afirmou que a capitulação da multa aplicada enquadrada no Art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96 que se adequa à infração imputada. Solicitou que o Auto de Infração seja julgado procedente.

## VOTO

Verifico que foram observados os requisitos que compõem o Auto de Infração, previstos no Art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal - RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, inclusive a comprovação de entrega de todos os demonstrativos e planilhas elaboradas na autuação.

A acusação reside no recolhimento a menos do ICMS, em razão da falta de pagamento em data regulamentar, da parcela não sujeita a dilação de prazo, perdendo o direito ao benefício em relação à parcela incentivada prevista pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve.

O autuado realizou o recolhimento do ICMS referente à parcela não incentivada do mês de maio de 2017 em 13 de julho de 2017, portanto, descumpriu o prazo regulamentar que determina que o recolhimento do ICMS referente à parcela não incentivada, como no caso em análise, deve ocorrer no dia 09 do mês subsequente à data de ocorrência do fato gerador.

O Programa DESENVOLVE incentiva a instalação de novos empreendimentos industriais ou agroindustriais e a expansão, reativação ou modernização de empreendimentos industriais ou agroindustriais já instalados, concedendo alguns benefícios, tais como dilação de prazo de 72 meses para o pagamento de 90%, 80% ou 70% do saldo devedor mensal do ICMS, diferimento do ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo fixo e diferimento na aquisição interna de insumos.

No presente caso, para o deslinde da questão, cumpre analisar a redação do Art. 18 do Decreto nº 8.205/02, que instituiu o benefício fiscal do DESENVOLVE:

*“Art. 18. A empresa habilitada que não recolher ao Tesouro do Estado, na data regulamentar, a parcela do ICMS não sujeita à dilação de prazo, perderá o direito ao benefício em relação à parcela incentivada naquele mês.”*

Pela leitura do artigo acima transcrito, a determinação legal contida no Decreto nº 8.205/02 que regulamenta o benefício fiscal do DESENVOLVE é expressa ao determinar que, caso o contribuinte não recolha no prazo regulamentar a parcela mensal não incentivada, perderá o benefício fiscal naquele mês.

Constato que o Autuado efetuou o recolhimento do ICMS em atraso, no que tange à parcela não sujeita à dilação do prazo, fato que não foi contestado em sua defesa, bem como não foi questionado o cálculo do valor devido.

Verifico, por conseguinte, que o benefício concedido pelo Programa DESENVOLVE quanto ao prazo dilatado da parcela do ICMS, é condicionado, no presente caso, ao pagamento na data regulamentar do ICMS não dilatado. Assim, ainda que o sujeito passivo tenha efetuado o pagamento da parcela não dilatada, posteriormente ao vencimento, quando a data era o dia 09 do mês subsequente ao da apuração, não faz jus à dilação de 90% (noventa por cento) do saldo devedor mensal do ICMS, sendo exigido, pois, todo o montante escriturado, conforme demonstrado no PAF (fl. 05).

Quanto ao questionamento de falta de lei ordinária e complementar que contenha a previsão de supressão do benefício em caso de falta de pagamento da parcela incentivada no prazo regulamentar, ressalto que os Arts. 5º e 8º da Lei nº 7.980/01 autorizam ao Regulamento estabelecer os procedimentos para apuração e recolhimento do ICMS e os critérios e condições para enquadramento no Programa e fruição de seus benefícios.

Quanto à suposta incompetência da SEFAZ/BA e dos seus Auditores Fiscais para decretar a perda do benefício, ressalto que não procede, até porque o que está sendo exigido no presente Auto de Infração não é o cancelamento da Resolução que concedeu o benefício, mas apenas o cumprimento dos termos do benefício, em especial o Art. 18 do Decreto nº 8.205/02, cuja verificação é responsabilidade dos Auditores Fiscais da SEFAZ/BA.

Este tem sido o recente posicionamento deste CONSEF, tanto nas Juntas de Julgamento Fiscal, conforme os Acórdãos JJF nº 0123-03/16, 0019-01/17, 0061-03/17 e 0247-04/17, quanto na 2ª Câmara de Julgamento Fiscal, conforme os Acórdãos CJF nº 0104-12/17, 0105-12/17, 0325-12/17 e 0414-12/17.

E esta posição pela imediata perda do incentivo mensal já vinha sendo adotada há bastante tempo nas demais Câmaras, conforme Acórdãos CJF nº 0209-11/13, 0064-13/13, 0424-13/13, 0042-11/14, 0215-13/12, 0223-11/13, 0292-13/13, 0369-11/13, 0393-12/13, 0044-12/14, 0329-12/12, 0046-12/13 e 0104-12/14.

Quanto à capitulação da multa, prevista no Art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, entendo que a mesma foi aplicada corretamente. Não há como enquadrar a infração na multa prevista no Art. 42, I, da Lei nº 7.014/96, pois esta se refere à falta de recolhimento do imposto informado em declarações eletrônicas, o que não se aplica ao caso em tela, já que não foi indicada em declarações eletrônicas a perda do benefício em relação à parcela incentivada.

Assim, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **298579.0005/17-1**, lavrado contra **GLOBALPACK DO NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.359.868,43**, acrescido da multa de 60%, prevista no Art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de abril de 2018.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

MARCELO MATTEDI E SILVA – RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGAD